

## Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?

Brazilian Youth and political participation in 21<sup>st</sup> Century: which outlooks?

Juventudes brasileñas y participación política en siglo XXI: ¿Qué horizontes?

Maria Carla Corrochano\*

**Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba – Bra.**

Monika Dowbor\*\*

**Universidade do Vale do Rio dos Sinos [UNISINOS] RS – Bra.**

Fabiana A. A. Jardim\*\*\*

**Universidade de São Paulo [FEUSP] – Bra.**

### RESUMO

O que as percepções e ações protagonizadas pelos jovens brasileiros no século XXI nos dizem sobre a relação entre eles e a política? Partindo de fontes secundárias – a pesquisa Agenda Nacional da Juventude de 2013 e experiências de participação juvenil em manifestações políticas ocorridas desde 2003, evidenciamos maior valorização das formas e canais não institucionais de fazer política e de crítica à política institucionalizada. A análise recupera o conceito de geração de Mannheim e sua diferenciação entre posição, conexão e unidade geracional, tornando visíveis as mediações entre contexto histórico, participação política e a constituição de novas unidades geracionais no Brasil, caracterizadas pela diversidade de respostas (conservadoras e progressistas) aos desafios do presente.

**Palavras-chave:** Juventude. Ação política. Movimentos sociais.

### ABSTRACT

What do Brazilian youth perceptions and actions in the twenty-first century tell us about the relationship between them and politics? The analysis of the secondary sources – National Youth Agenda Research from 2013 and youth participation experiences in political demonstrations that have taken place since 2003, show greater appreciation of non-institutional forms and channels of politics and criticism of institutionalized politics. We refer to Karl Mannheim's concepts of generational position, connection and unity, to render visible the mediations among historical context, political participations and the constitution of new generational unities in Brazil, from those that can be thought as more "conservatives" to those that appear as more "progressives".

**Keywords:** Youth. Political action. Social movements.

### RESUMEN

¿Qué nos dicen las percepciones y acciones protagonizadas por los jóvenes brasileños en el siglo XXI en relación con la política? Por medio de fuentes secundarias -la investigación de la Agenda Nacional de la Juventud de 2013 y las experiencias de participación juvenil en manifestaciones políticas ocurridas desde 2003- visibilizamos la valoración de las formas y los canales no institucionales de hacer política, así como la crítica a la política institucionalizada. Este análisis recupera el concepto de generación de Karl Mannheim y su diferenciación entre posición, conexión y unidad generacional, haciendo visibles las mediaciones entre el contexto histórico, la participación política y la constitución de nuevas unidades generacionales en Brasil, caracterizadas por la diversidad de respuestas (conservadoras y progresistas) a los desafíos del presente.

**Palabras-clave:** Juventud. Acción política. Movimientos sociales.

## Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir para a reflexão sobre as relações entre juventude e política no Brasil contemporâneo, a partir do diagnóstico de que vivemos o mais longo período democrático caracterizado pela ampliação e estabilidade de canais institucionalizados da participação política. As transformações iniciadas desde a transição criaram as condições para a emergência da experiência geracional comum específica (MANNHEIM, 1978) e diferenciada em comparação às gerações anteriores. Frente a esse conjunto de instituições bem como diante das mobilizações de caráter extrainstitucional cujo epicentro foi constituído pelos acontecimentos de junho de 2013, nosso esforço será o de nos perguntar sobre as percepções e os valores de parcelas da juventude em relação à política institucionalizada e outras formas de expressão política.

Iniciamos o artigo pela delimitação teórico-metodológica dessas questões. O conceito de gerações de Karl Mannheim, bem como alguns achados que vêm sendo apontados por estudos no campo da juventude nos pareceram importantes para delimitar as continuidades e as rupturas das ações protagonizadas pelos segmentos juvenis atualmente, quando referidas a outros contextos e momentos históricos.

Para o autor, é a possibilidade de partilha de experiências e vivências comuns que ganha centralidade na definição de uma geração e não o tempo cronológico ou o nascimento no mesmo momento histórico. Desse fato, no entanto, não se pode derivar a necessidade de orientações e posicionamentos comuns. Como sugere Mannheim, ainda quando a virtualidade da posição geracional se efetiva em conexões, não é possível identificar uma unidade em relação à política e à participação: as respostas são, muitas vezes, divergentes e até mesmo opostas, algumas mais “conservadoras” enquanto outras mais “progressistas”, na medida em que atravessadas por outras posições sociais, tais como classe, gênero, raça, local de moradia etc.

Com esta lente analítica que permite ver a pluralidade decorrente das experiências juvenis em certo período histórico, recuperamos brevemente, na segunda seção, os dados da pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Juventude, cuja coleta foi realizada entre abril e maio de 2013 (PARTICIPATÓRIO, 2013). Naquele momento, já era possível identificar certa tendência geracional comum no que se refere a modos de compreender, pensar e viver a participação política.

A despeito da “surpresa” representada pelas manifestações daquele ano, procuramos mostrar que a pesquisa capturava valores e percepções dos jovens presentes naquelas mobilizações: o descontentamento com os mecanismos de democracia político-partidária e a desconfiança em relação aos canais institucionais de participação, bem como desconfiança em relação a associações como partidos ou sindicatos e preferências por ações políticas pouco institucionalizadas (PARTICIPATÓRIO, 2013). Em seguida, com base em um conjunto de fontes secundárias, recorreremos à análise de alguns episódios e manifestações com forte participação juvenil ocorridos especialmente na última década para nos aproximar desse caráter pouco institucionalizado da ação política, sublinhando aspectos de sua dinâmica e valores expressos em seu repertório de práticas, ações políticas e bandeiras defendidas.

Encerramos o artigo apresentando algumas considerações sobre os elos entre juventude e participação política, e também sobre o desafio do pensamento que se debruça sobre processos sociais ainda abertos.

## Juventudes, ações coletivas e participação: notas de leitura<sup>1</sup>

A preocupação em compreender os modos de participação juvenil na vida pública brasileira no contexto da transição democrática se colocou tão logo encerrado o período de ditadura civil-militar: desde o final da década de 1980, observa-se o esforço de um conjunto de estudos para evidenciar a capacidade de ação dos atores jovens, em confronto com as recorrentes leituras da juventude como hedonista, apática e desinteressada da vida política (ABRAMO, 1997; SPOSITO, 2014). Tratava-se de se desfazer do olhar que tomava como referência o engajamento juvenil no movimento estudantil das décadas de 1960 e 1970, “cristalizando uma ‘essência’ da condição juvenil como portadora de utopias e projetos de transformação” (ABRAMO, 1994, p. 13) e que, por isso, deixava de reconhecer outros efetivos engajamentos públicos desses atores sociais. Além disso, tais estudos buscavam evidenciar que apenas uma parcela daquela geração – os jovens universitários das classes médias e altas – havia se engajado mais intensamente na luta política, como revelaram as férteis análises de Marialice Foracchi (1965). Era preciso, então, retomar as dimensões sociais e históricas das condições e expressões juvenis na perspectiva de compreender as peculiaridades das manifestações juvenis emergentes (ABRAMO, 1994).

Para seguir as pistas desses estudos que buscaram ultrapassar uma visão essencialista de juventude, ao mesmo tempo, para compreender as continuidades e rupturas presentes nas recentes ações coletivas protagonizadas por jovens, nos pareceu produtivo retomar o conceito de geração cunhado por Karl Mannheim. Para Sposito (2014), embora seu uso ainda seja tímido<sup>2</sup>, o conceito poderia contribuir de maneira significativa para compreensão e dimensionamento da ação coletiva na formação das gerações. Ao analisar as sociedades modernas, Mannheim afirma:

[...] o que constitui [a posição comum em âmbito social] é a possibilidade, que nesse período se adquire, de participar nos mesmos eventos, nos mesmos conteúdos vitais; mais ainda, a possibilidade de fazê-lo a partir da mesma modalidade de estratificação da consciência. [...]. Só se pode falar, portanto, da afinidade de posição de uma geração inserida em um mesmo período de tempo quando, e na medida em que, se trata de uma potencial participação em eventos e vivências comuns vinculadas. (MANNHEIM, 1993, p. 216).

Ao invés do tempo cronológico, é a localização histórica comum que expõe os indivíduos de determinado grupo etário a uma gama específica de experiências, e que os leva a certos modos característicos de agir, sentir, pensar etc., ou seja, a constituir certa subjetividade comum no que se refere às formas de processar os acontecimentos. No entanto, a posição geracional não explica a multiplicidade de posturas e posicionamentos que se apresentam no interior de uma geração, nem explica como se conformam diferenças entre eles. Mannheim (1993) estabelece uma distinção bastante útil, dividindo o conceito de geração em torno de três definições: *posição geracional*, *conexão geracional* e *unidade geracional* (ver a Figura 1). Como já destacado, o que

---

<sup>1</sup> A análise aqui empreendida orienta-se pela compreensão da juventude como sendo, ao mesmo tempo, uma representação, revestida de significados que variam de acordo com os contextos sociais e históricos e uma condição, vivida de modos diferentes e desiguais a depender da posição social, sexo/gênero, cor/raça, local de moradia, dentre outros aspectos. Ver, dentre outros, Levi e Schmitt (1996) e Dubet (1996).

<sup>2</sup>Na retomada dos estudos de Mannheim, Sposito (2014) destaca análises de Weller (2010) e Tomizaki (2010).

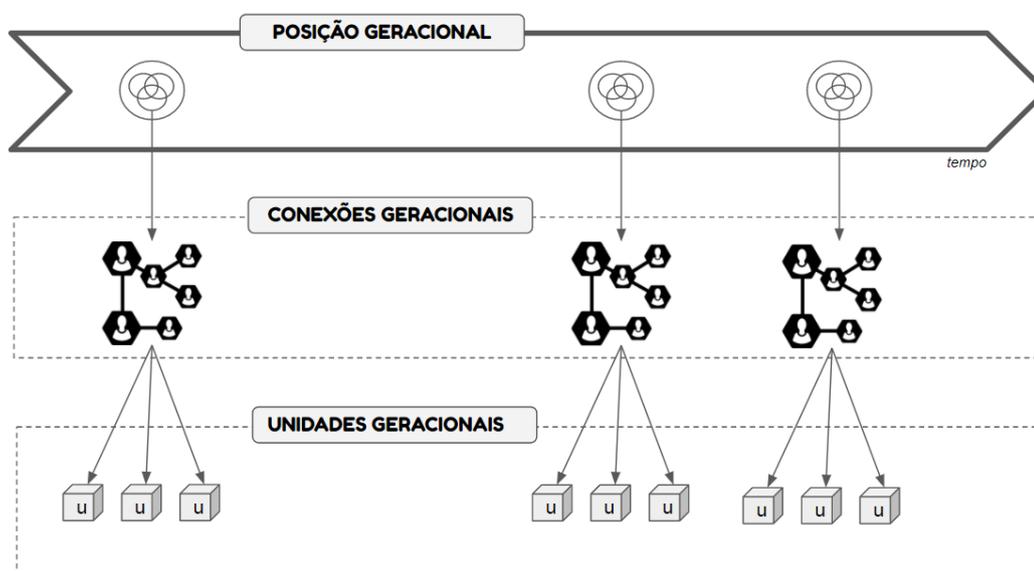
define a *posição geracional* é a possibilidade de um conjunto de indivíduos adquirir um estoque de experiências comuns. O autor diferencia a conexão geracional, definida como “vínculo real”: para que esta última ocorra, “alguma outra via de vinculação concreta” se faz necessária:

Falaremos de uma conexão geracional quando os conteúdos sociais reais e os conteúdos espirituais estabeleçam – precisamente nos terrenos do que se desestabilizou e do que está em renovação – um vínculo real entre os indivíduos que se encontram em uma mesma posição geracional. (MANNHEIM, 1993, p. 221).

Assim, para que se possa falar da conexão geracional não basta a “potencialidade” de participação mediante a qual se encontra uma geração, mas “é preciso estabelecer um vínculo de participação em uma prática coletiva, seja ela concreta ou virtual” (WELLER, 2010, p. 214). Poderia existir, então, “uma conexão geracional unificada?” (WELLER, 2010, p. 215). É aqui que Mannheim incorpora o terceiro elemento de sua definição.

A participação em uma mesma “conexão geracional” não significa a elaboração de respostas semelhantes, pois os indivíduos podem pertencer a diferentes *unidades de geração* que, inclusive, podem se opor e/ou entrar em disputa. Ou seja, há outros fatores que condicionam as respostas e as interpretações das juventudes. O autor traz como exemplo as unidades geracionais que se configuraram na Alemanha em sua época, pois tanto a juventude romântico-conservadora quanto a liberal-racionalista participavam de uma mesma conexão geracional, mas estavam vinculadas a duas unidades geracionais diferentes. Na composição das unidades estão envolvidos “tanto grupos concretos, como a experiência adquirida em contextos comunicativos, entre outros, aqueles disponibilizados pelos meios de comunicação” (SCHAFER *apud* WELLER, 2010, p. 216).

**Figura 1:** Dimensões analíticas do conceito de geração de Karl Mannheim



**Fonte:** elaboração própria das autoras

O conceito de geração forjado por Mannheim nos ajudará a analisar algumas das atuais manifestações e ações políticas protagonizadas por jovens nos últimos anos. Vamos abordá-las como conexões geracionais, ou seja, focando os eventos que proporcionam o estabelecimento de vínculos entre os jovens, ainda que as interpretações a respeito deles ou, na conceituação manheimiana, o que conforma as diferentes unidades, sejam diversas. A distinção feita pelo autor entre posição, conexão e unidade geracional nos auxilia a não insistir numa visão global sobre a juventude, mas frisar a importância de experiências comuns e, no interior delas, identificar vertentes diversas. Vale ressaltar que, nos limites desse artigo, nosso foco serão as ações e movimentos que podem ser considerados como unidades "progressistas", ao menos em sua face mais visível, sem esquecer, no entanto, que as mesmas experiências podem gerar outras "unidades geracionais", incluindo movimentos mais conservadores. Essa é a riqueza que o conceito de unidade geracional nos possibilita.

## Participação política e ações coletivas de jovens no contexto brasileiro recente

Partindo da análise de Mannheim, poderíamos nos perguntar agora: quais são as experiências políticas potenciais oferecidas à geração dos jovens de hoje que lhes outorgaria uma posição geracional? Onde de fato se estabelecem mais frequentemente os vínculos reais, dando margem para a constituição de conexões geracionais? Se a juventude não é, a priori, nem revolucionária ou progressista, nem conservadora por natureza, mas uma "potencialidade que está pronta para qualquer nova orientação da sociedade" (MANNHEIM, 1978, p. 95), qual tem sido a orientação que as exigências sociais do contexto atual busca imprimir hoje às ações e energias coletivas da juventude brasileira?

### *Onde há fumaça...*

Os jovens brasileiros de hoje nasceram e cresceram no mais longo período democrático desde a adoção desse regime pelo Brasil e durante o qual os canais de participação política não só conheceram estabilidade, mas também se ampliaram e diversificaram. Esse conjunto de instituições de participação política constituem elementos da posição geracional, que diferenciam esses jovens da geração de seus pais que nasceram durante a ditadura e se tornaram adultos na transição democrática. Isto é, do ponto de vista dos mecanismos formais de participação política, os jovens estavam colocados diante de possibilidades às quais as gerações anteriores não tiveram acesso.

No processo da escolha dos representantes, por exemplo, a restrição do voto aos analfabetos foi removida em 1985, por meio de uma emenda constitucional aprovada já sob o regime civil, e a Constituição de 1988 reestabeleceu as eleições diretas para todos os cargos, estendendo o voto facultativo aos maiores de 70 anos e aos cidadãos entre 16 e 18 anos. A consolidação dos ritos democráticos nos anos 1990 e 2000 trouxe também a abolição de barreiras e custos para o exercício de voto, tornando o processo eleitoral eficiente, sem maiores violências e contestações à sua legitimidade e, até recentemente, o país podia ser considerado um caso de sucesso em termos da implementação das eleições livres, justas e a salvo de fraudes (LIMONGI; CHEIBUB; FIGUEIREDO, 2015, p. 49).

Também a participação política além do voto foi garantida constitucionalmente em 1988 e resultou na implementação de diferentes formatos, com ampla disseminação territorial e setorial, tendo sido apropriada pelos atores da sociedade civil. Conforme apontam Gurza Lavalle

e Barone (2015), a singularidade da experiência brasileira é de amplo consenso na literatura nacional e internacional, no que se refere à multiplicação de canais institucionais em que a participação política não eleitoral é exercida, bem como a representação extraparlamentar, por meio dos conselhos, conferências, audiências públicas, entre outros formatos (GURZA LAVALLE; BARONE, 2015, p. 52).

De que maneira os jovens nascidos ao longo do mais duradouro período democrático vivenciaram e avaliaram esse estoque de possibilidades de participação institucional? Ao analisar os dados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil, doravante referida apenas como *Agenda Brasil 2013*, vimos que a coorte dos jovens entrevistados se mostrava inclinada, em termos de atividades e percepções, a valorizar mais as formas e os canais políticos pouco institucionalizados ou fora do âmbito do sistema eleitoral e partidário – mesmo antes de junho daquele ano (PARTICIPATÓRIO, 2013).

A pesquisa, estatisticamente representativa do universo da população entre 15 a 29 anos residente no território brasileiro, foi desenvolvida a pedido e sob responsabilidade da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) da Secretaria Geral da Presidência da República, sendo parte das atividades do Observatório Participativo da Juventude – Participatório. Organizada em blocos temáticos referentes à condição juvenil, tais como educação, trabalho, saúde (envolvendo os temas de drogas e de sexualidade), cultura e lazer, participação política e violência, valeu-se de uma amostra composta por 3.300 entrevistas realizadas entre abril e maio de 2013 (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 9).

Apesar da pluralização e consolidação dos canais institucionalizados da participação, a população que tinha entre 15 e 29 anos no início de 2013 não os citou como os mais eficientes para ajudar o Brasil a melhorar. As formas de participação referidas pelos jovens como mais importantes ou eficientes se caracterizam, ao contrário, pelo baixo grau de formalização e institucionalização e pelo potencial para uma sociabilidade mais intensa e de caráter espontâneo: a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas e a atuação em associações ou coletivos que se organizam de alguma maneira foram consideradas como as mais eficientes, com 46% e 45% das respostas, respectivamente. A atuação em Instituições Participativas veio em seguida, com 35% e também a internet apareceu como opção (33%), para opinar sobre assuntos importantes ou cobrar os políticos e governantes, ambas preferidas à atuação em partidos – a menos valorizada, mencionada por apenas 30% (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 37). Vale notar que tal ordem de preferências era muito semelhante para todas as classes sociais.

Os jovens reconheciam a importância da institucionalidade partidária – afinal, 30% consideraram que os partidos são formas importantes de promover mudanças –, mas, ao mesmo tempo, 80% dos jovens nunca participou nem gostaria de participar de um partido político<sup>3</sup>, e esta é a forma associativa mais rejeitada de uma lista de 15 possibilidades. As formas organizacionais genéricas, ou seja, não orientadas claramente para uma causa tais como “entidades e movimentos por alguma causa” ou “cooperativa”, também não entusiasma os

---

<sup>3</sup>Em 2003, na primeira edição desta pesquisa, o dado de rejeição era de 84%. A tipologia de formas associativas, porém, era diferente em ambas pesquisas, o que dificulta a comparação (ABRAMO; VENTURI; BRANCO, 2005, p. 401).

jovens como possíveis espaços para sua atuação: 81% e 74%, respectivamente, respondeu que nunca participou nem gostaria de participar delas<sup>4</sup>.

O potencial para a adesão muda quando se pergunta aos jovens sobre a vontade de participar das organizações tematicamente orientadas (KRISCHKE, 2005) e é deste modo que podemos interpretar os dados a seguir. A vontade de participar entre aqueles que nunca o fizeram antes é a mais alta quando as formas organizacionais se estruturam com algum grau de concretude territorial (bairro, escola ou local de trabalho) com 51% dos respondentes ou coletivos mobilizados em torno de direitos e causas específicas tais como movimento ligado à saúde, moradia, educação e transportes, dentre outros. Esta mesma resposta - "nunca participei, mas gostaria de participar" - no caso de partidos só foi dada por 7% dos jovens. (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 38).

Até aqui tratamos das potenciais experiências de participação política e das percepções a respeito delas. Mas entre aqueles que de fato participam, onde o fazem? Somando aqueles que afirmaram ter participado e os que participavam naquele momento (2013), o "grupo religioso que se reúne para ações assistenciais ou políticas" é a experiência vivida mais citada, com 19%. A participação em "clube ou associação esportiva, recreativa ou de lazer" apareceu com 18%; em "associação estudantil, grêmio ou centro acadêmico", com 17% e "grupo artístico ou cultural" com 14%, entre as mais frequentes (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 38).

Se os jovens demonstram pouco interesse em atuar em partidos e são relativamente poucos os que tiveram esta experiência – somente 4% já tinham participado ou participavam de partido político –, a participação no sistema eleitoral, no qual os partidos são exclusivos competidores, também é baixa. Como o voto é obrigatório, é possível ver essa tendência na participação daqueles para quem o voto ainda é facultativo: desde 2006, a porcentagem de jovens entre 16 e 17<sup>5</sup> que tiraram título de eleitor vem caindo sucessivamente: em 2006 era de 39%, caindo para 32% em 2010 e a apenas 25% de jovens desta faixa etária em 2014<sup>6</sup>.

A descrição dos dados sobre as percepções e atividades relacionadas com a participação política aponta o reconhecimento das instituições democráticas, mas sugere que essas formas e acessos institucionais competem com a forte preferência pelas formas e canais menos tradicionais e menos institucionalizados. O que levava estes jovens a preferir as ruas, a ação direta e as organizações de caráter espontâneo em um Brasil que então consolidava 25 anos das suas instituições democráticas?

Uma primeira resposta é que a preferência pelas formas não convencionais de fazer política, marcadas pelo baixo ou nenhum grau de institucionalização, não é particularidade dos jovens brasileiros ou da democracia brasileira. Uma análise sobre os países europeus, com base nos dados de 2002, mostra que entre os jovens houve um deslocamento nas modalidades de

---

<sup>4</sup>Vale mencionar, porém, que há jovens que fazem da militância no movimento estudantil ou em associações político-partidárias ou, ainda, em coletivos identitários (como o movimento negro, feminista e LGBTT) seu modo privilegiado de engajamento. Ver Brenner (2014).

<sup>5</sup>Os indivíduos na faixa etária de 15 a 17 anos representam 20% dos entrevistados (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 10).

<sup>6</sup>Somente 25% dos jovens entre 16 e 17 anos tiraram título de eleitor". *O Globo*, 20/06/2014. Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/somente-25-dos-jovens-com-16-17-anos-tiraram-titulo-de-eleitor-12935182#ixzz4EO7YHZGf>, acesso em 17/06/2016.

participação: das formas mais convencionais para outras de caráter mais espontâneo, associativo e não convencional (citado em KIRSCHKE, 2005, p.339).

Esse deslocamento também parece relacionar-se ao fato de que as formas institucionalizadas de acesso ao Estado para levar adiante as causas, os projetos e as reivindicações – o sistema eleitoral-partidário e as Instituições Participativas – são ainda pouco permeáveis aos jovens. Uma pesquisa comparativa entre o perfil dos deputados e o dos 21 conselhos nacionais e três comissões nacionais aponta que tais espaços reproduzem o mesmo perfil: renda e escolaridade são superiores à média da população; há predominância do sexo masculino, da cor branca e de origens regionais concentradas nos principais centros econômicos e políticos do país (ALENCAR et al. 2013, p.140). Quanto à faixa etária, em 2012, 85% dos parlamentares tinham acima de 40 anos e não há entre eles nenhum jovem, enquanto no caso dos conselhos, aqueles entre 21 e 29 anos somam 9,4%, e os acima de 40, 72%. (ALENCAR et al. 2013, p. 131). Assim, aos argumentos da crise da representação política, da descrença nas instituições e seus atores podemos adicionar certa *impermeabilidade dos canais tradicionais aos jovens*, o que pode resultar na busca dos canais e formas alternativas de ação e organização de ação política.

Outra hipótese se refere ao peso da reprodução social nesses espaços tradicionais do fazer político: tais espaços (partido, associação, conselho etc.) acabam por privilegiar modos de agir e pensar afins à própria instituição e sua posição no sistema político, sendo pouco permeáveis a novas táticas e, principalmente, novos temas e problemas sociais – justamente aqueles que potencialmente mais afetam a juventude. Assim, seu *modus operandi* parece não corresponder ao tipo de engajamento almejado pela nova geração, argumento sugerido por Souto (2016, p. 276). Nesse sentido ao serem construídos pelos próprios atores mobilizados, os espaços extra institucionais ou não institucionalizados se apresentam como potencialmente mais acolhedores de questões individuais ou dos problemas do presente.

Estas explicações são necessariamente parciais e demandam estudos interdisciplinares, mas desde já iluminam que as experiências geracionais comuns vivenciadas pelos jovens brasileiros ao longo da redemocratização geram em uma parte deles a disposição para acionar as formas pouca institucionalizadas de fazer política. Como apontado por Mannheim, essa conexão não necessariamente gera interpretações comuns e é nessa perspectiva que o conceito de unidades de geração do autor se reveste de um valor heurístico importante e atual. As formas diversas de conflitos que podem ser observadas tornam evidente a constituição de unidades geracionais diversas na relação com a política, especialmente a partir dos anos 2000.

### *... há fogo?*

Dedicamo-nos agora a caracterizar algumas das manifestações coletivas, ocorridas nos últimos catorze anos, que contaram com expressiva participação juvenil. Elas serão descritas com referência a notícias e colunas de periódicos nacionais, documentários e pesquisas realizadas junto aos atores no caso de manifestações menos recentes. Conforme já explicitado, nosso esforço está em pensar as possíveis mediações entre a posição geracional comum a estes jovens, ligada ao contexto do país, e as conexões geracionais construídas nas experiências concretas de mobilização.

Procuramos ponderar os significados das manifestações aqui referidas por meio de duas estratégias distintas, em especial no que se refere às de junho de 2013 – que, passou a ocupar um importante espaço na reflexão política e acadêmica apesar de se localizar mais ao final do período analisado, no sentido de que ali teria vindo à tona de modo mais visível a ponta do

iceberg das profundas alterações na estrutura social em termos de percepções e valores em relação à política vividas desde a transição democrática.

De um lado, e a despeito de reconhecer às manifestações o caráter de *acontecimento*, isto é, do campo propriamente histórico do acaso e do inesperado, buscamos inscrever o repertório de ações coletivas que iniciaram os atos a um fio mais longo de atuação política, com forte viés geracional, que remonta pelo menos até 2003 e que seguiu ecoando após junho de 2013, em especial durante os movimentos de ocupações das escolas, detonado a partir de outubro de 2015 no estado de São Paulo. Do outro, também procuramos ponderar os significados daqueles dias a partir da articulação entre transformações estruturais que marcaram a história do país desde a transição democrática e a socialização juvenil para o mundo público em diferentes espaços como a escola, a cidade, o trabalho e a cultura. Conferimos destaque para as conexões que parecem ter sido criadas em torno de uma agenda progressista, de consolidação e ampliação de direitos sociais e civis. Dado os limites desse artigo, não foi possível incorporar à análise um olhar sobre os movimentos conservadores, organizados em torno de pautas restritivas de direitos.

### ***“Estudante não é bucha de canhão para partido”: a Revolta do Buzu (2003)***

Algumas das mobilizações que aqui mencionamos tiveram pouca projeção nacional, mas aparecem na fala de jovens que participaram de ações mais recentes e de pesquisadores que analisam o assunto, no sentido do acúmulo de um repertório de ações coletivas (DOWBOR; SZWAKO, 2013).

Este é o caso da “Revolta do Buzu”, como passaram a ser chamadas as manifestações ocorridas em Salvador – BA em 2003. As ações empreendidas são diversas vezes referidas como o primeiro momento em que a energia política do descontentamento com o cotidiano de bloqueio aos direitos fez aparição pública após o fim da transição democrática.

O ciclo de manifestações em Salvador se estendeu por quase duas semanas e, embora chamado pelos estudantes secundaristas em sua reivindicação de pautas históricas (meia tarifa, também aos finais de semana e durante as férias escolares), ganhou simpatia e adesão da população, e acabou por ampliar a pauta para incluir a suspensão do aumento da tarifa.

Alguns dos temas que atravessariam os atos de junho de 2013, uma década mais tarde, já apareciam. O mais forte sem dúvida era a valorização da democracia direta e o rechaço às lideranças do movimento estudantil que pretenderam desempenhar o papel de mediadoras entre manifestantes e prefeitura. Houve ao longo das manifestações uma tensão, um esforço contínuo em garantir a legitimidade por meio da organização e de uma postura entendida como “ordeira”, mas também com o afastamento dos “gremistas” e das lideranças partidárias.

O aumento na tarifa do transporte público também deu ensejo, em 2004, à “Revolta da Catraca” em Florianópolis. Embora não tenha adquirido caráter tão massivo quanto em Salvador, a mobilização foi suficiente para barrar o aumento e consolidar certo repertório de ações. Conforme militantes do Movimento Passe Livre (MPL), essas experiências foram centrais para a estruturação de um eixo de luta em torno da tarifa do transporte público, tomada como metonímia da questão do direito à cidade. É a partir da constituição do MPL em 2005 que a pauta do passe livre para estudantes se amplia e dá ensejo a um trabalho de mobilização não somente nas escolas, mas em bairros, associações etc (MPL, 2013).

### ***Habitar a praça como a uma praia: Belo Horizonte (2009)***

Em contexto distinto, a prefeitura de Belo Horizonte promulga, em 9 de dezembro de 2009, um decreto proibindo a realização de eventos na Praça Rui Barbosa, mais conhecida como Praça da Estação, localizada no centro da cidade. O objetivo seria evitar a depredação do patrimônio público. A proibição dá início à reação de parcelas da população, inicialmente chamada pelas redes sociais. A primeira manifestação conta com cerca de setenta pessoas, vestidas como se fossem à praia (*O Globo*, 2009). Embora inicialmente não se trate de um movimento muito amplo, aqueles que se encontram na praça acabam por partilhar suas angústias e inquietações em relação aos usos da cidade e decidem resistir não somente à proibição dos eventos, mas aos processos urbanos desencadeados com vistas à preparação da Copa do Mundo, que ocorreria no Brasil em 2014 (OLIVEIRA; DAYRELL, 2013).

Se os diversos atores de Belo Horizonte diretamente afetados se articulavam em torno do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (Copac), a partir de outro repertório de ações (DOWBOR; SZWAKO, 2013), a mobilização em torno da proibição de uso da Praça foi realizada por grupos distintos em termos de renda e escolaridade e adquiriu uma dimensão lúdica que permite aproximá-la do protesto-festa. Ao longo de seis meses, a praça foi ocupada por encontros, rodas de conversa e manifestações. Distinta dos atos contra os aumentos de tarifas de transporte na pauta e na forma, a dimensão do direito à cidade as aproxima, assim como as marcas da participação juvenil (OLIVEIRA; DAYRELL, 2013).

Do ponto de vista dos valores e práticas políticos, também há aproximações possíveis. Aparecem nos relatos daqueles que estiveram mobilizados: o autonomismo e apartidarismo, com a rejeição de lideranças identificadas a instituições tradicionais da política; o chamamento anônimo (em assembleias localizadas ou pelas redes sociais); a horizontalidade e a fluidez organizativa. Como destacam Oliveira e Dayrell (2013), algo que aparece nesta experiência – e que será retomado em outros movimentos (MORAES, 2014; INTERAGENTES, 2013) – é o hibridismo entre ciberativismo e ação coletiva direta.

### ***Os acontecimentos de junho: uma interrogação persistente. Diversas cidades (2013)***

Seguindo nosso fio cronológico, chegamos aos acontecimentos de junho de 2013. Embora a narrativa sobre aqueles eventos se encontre em disputa, eles têm sido pensados como momento de irrupção na cena pública de um conjunto heterogêneo de mal-estares e anseios relativos às contradições gestadas no processo de transição democrática pós 1986 e de consolidação da democracia brasileira (SINGER, 2013; NOBRE, 2016). Junho de 2013 é, portanto, uma espécie de interrogação lançada sobre a democracia brasileira, incitando compreensão e elaboração de respostas políticas.

Os acontecimentos se desdobraram da chamada à reação, pelo MPL, diante do anúncio do aumento das passagens em São Paulo (ônibus e metrô). As manifestações mais centrais foram precedidas de ações locais, mobilizadas a partir da atuação do MPL nas escolas. Nessa fase, as manifestações articulavam um número relativamente pequeno de pessoas, em torno de duas mil, mais mobilizadas pelo tema do transporte urbano.

O que desencadeia a adesão mais massiva é a forte repressão policial (SINGER, 2013, p.25; DOWBOR; SZWAKO, 2013), que transbordou também sobre transeuntes e jornalistas, atravessando assim as fronteiras imaginárias entre os objetos legítimos da violência policial cotidiana e os corpos de indivíduos ainda revestidos sob o manto da sacralidade cidadã, aqueles

cuja violação provoca espanto e comoção. Tal comoção por si mesma não é suficiente para explicar o alto índice de engajamento nas manifestações da segunda fase, nem seu espraiamento por diversas cidades do país. Têm se sublinhado a heterogeneidade da composição dos manifestantes em termos de renda, escolaridade e pertencimento de classe, mas também de suas motivações (BRAGA, 2013; NOBRE, 2013; SINGER, 2013).

Algo a destacar, para os propósitos deste artigo, é que os jovens constituíram a maioria em todos os casos – em São Paulo e Belo Horizonte, os jovens entre 12 e 25 anos foram maioria absoluta (SINGER, 2013, p.28). E ainda que os adultos tenham participado, os dados sugerem que eram majoritariamente os jovens adultos, até 40 anos: “Somados, os dois blocos principais [em termos de idade] agregavam cerca de 80% dos que estavam na rua” (idem).

Sobre a segunda fase das manifestações, mais massiva e também mais compósita, Singer comenta que “surge quase um cartaz por manifestante” (idem, p.25), o que dá notícia do espraiamento do impulso a ocupar as ruas e, ao mesmo tempo, do “cruzamento de classes” operado, alterando a direção conscientemente conferida ao movimento pelo MPL (uma direção anticapitalista e que faz uso da gramática dos direitos sociais). Seguindo outros autores, sugerimos que se torna visível nas ruas, nesse momento, uma diversidade de orientações políticas que já desde o início do século ocupava e se organizava nos espaços virtuais das redes sociais<sup>7</sup>. Assim, a partir de certas conexões geracionais comuns – o contexto brasileiro da consolidação democrática, os anos de crescimento econômico do lulismo e a explosão do uso das redes sociais –, as manifestações de junho de 2013 permitem entrever a pluralidade de unidades geracionais em formação.

### *Zuera e perigo: os rolezinhos em São Paulo (2014)*

Entre o fim de 2013 e início de 2014, outro tipo de presença pública de jovens se tornou notícia: os *rolezinhos*, realizados na região metropolitana de São Paulo. Não se tratou de uma manifestação política, na acepção mais estrita da palavra: os jovens organizaram, pelas redes sociais, encontros em shoppings centers próximos a seu local de moradia, com o objetivo de “encontrar amigos, conhecer pessoas, paquerar, dar uns beijos e zoar” (PEREIRA, 2014, p.8). Consideramos tais eventos no âmbito do artigo devido aos efeitos políticos da presença pública destes corpos jovens e majoritariamente negros, que acabaram por colocar em cena a segregação urbana e os limites de acesso a equipamentos de lazer.

Os rolezinhos evidenciaram os regimes de visibilidade dos jovens negros e periféricos, pois sua presença foi imediatamente lida na chave do perigo e da ameaça à segurança dos frequentadores dos shoppings e do patrimônio. Pereira (2014), retomando a história da construção imaginária dos “arrastões”, explicita o desencontro entre o ocorrido e sua interpretação, mesmo pelos presentes nos eventos: a repressão policial, por exemplo, e a confusão provocada por ela não foram lidas como violência contra os adolescentes, mas como legítimas respostas aos “arrastões” – que, no entanto, não ocorreram. Evidencia-se, assim, as dificuldades encontradas por estes jovens para escapar da atribuição de identificação com o universo da bandidagem, bem como se redobra sobre seus corpos as práticas de repressão policial, às quais já estão submetidos em seus bairros e, inclusive, dentro das escolas públicas que frequentam (PEREIRA, 2014, p.12). Além disso, a experiência dos rolezinhos também

---

<sup>7</sup>Sobre a importância das redes sociais como espaço de encontro e engajamento em torno de temas não necessariamente reconhecidos pelas instituições políticas ou, por vezes, tratado de modo a excluir a juventude, ver Daniliauskas (2016).

explicitou a segregação prática que organiza os fluxos na cidade, revelando que, a despeito do direito constitucional de ir e vir e do discurso da democracia racial, há pouca margem para que diferentes classes e identidades étnico-raciais convivam como iguais.

Embora o objetivo fosse o encontro e a diversão, a ocupação do espaço público numa lógica disruptiva do ordenamento dos fluxos (constituído pelos muros, custos de transporte etc.) acabou por produzir efeitos políticos importantes no que se refere à crítica dos diferentes regimes de visibilidade das camadas populares – que ocuparam papel tão central no processo de transição democrática, mas que, duas décadas depois, foram realocadas no interior de fronteiras de legitimidade bastantes estreitas (FELTRAN, 2007). Talvez seja possível indicar aqui mais uma conexão geracional, possibilitada pela experiência da cidade e do questionamento coletivo sobre as desiguais condições de usufruí-la plenamente.

### ***Em defesa do direito à educação, mas não apenas: as ocupações nas escolas paulistas***

No final de setembro de 2015, em entrevistas à mídia, o então secretário estadual da Educação do estado de São Paulo anunciou a chamada “reorganização escolar”, por meio da qual se alterava a vida de muitas famílias que passariam a ter seus filhos matriculados em escolas mais distantes ou, ainda, a ter cada filho matriculado numa escola distinta. As justificativas para a “reorganização” eram técnico-burocráticas, conforme evidenciam diferentes análises (CORTI, CORROCHANO e ALVES, 2016) e resultaria no fechamento de escolas e na transferência de estudantes, ainda que racionalizada a partir de critérios de distância em relação ao domicílio.

Inicialmente houve várias formas de ações e manifestações contrárias à proposta, mas nenhuma surtiu efeito: em atitude ao mesmo tempo prepotente e condescendente, a secretaria se limitava a explicar e reexplicar, como se a recusa se devesse à falta de entendimento do projeto. À medida que os estudantes se dão conta de quão cerradas estão as portas para o diálogo, a ocupação das unidades escolares aparece como tática de resistência, em boa medida inspirada nas experiências dos estudantes chilenos e argentinos. No dia 9 de novembro, a primeira escola estadual foi ocupada no município de Diadema. Ao final de dezembro, já eram mais de 200 escolas ocupadas (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.10).

Ao mesmo tempo em que ocupam as escolas, os estudantes articulam também táticas de produção de contra-narrativas: o cuidado com o espaço escolar; a produção de vídeos, hospedados no *youtube* e circulantes nas redes sociais, contribuía para que produzissem uma narrativa visual sobre si mesmos, ampliando as possibilidades de enquadramento de sua experiência; as rodas de conversa sobre temas variados revelaram a ansiedade em falar coletivamente de certos problemas e inquietações; a presença das meninas na linha de frente das manifestações também foi simbolicamente importante, não apenas porque foram elas as maiores beneficiadas pela expansão da escolarização (CARVALHO, 2004), mas também porque ampliaram as imagens possíveis para representar a mobilização política – há várias fotos de manifestações que circularam nas redes, muitas vezes acompanhadas da *hashtag* “lute como uma menina”. Grande parte do repertório de ação coletiva utilizado pelo MPL – assembleias, jograis, bloqueio de vias, o hibridismo entre ação direta e redes sociais também foi utilizado durante as ocupações.

O resultado alcançado pelos estudantes – o adiamento, formal, por um ano, da “reorganização” – se deveu à sua mobilização, à articulação com outros atores institucionais e ao amplo apoio que obtiveram, aumentando enormemente os custos políticos da decisão. No entanto, eles reconhecem uma vitória parcial, pois o projeto não saiu de cena – ao contrário, estudos têm

mostrado que, na prática, houve fechamento de salas de aula e uma “reorganização” de custos e de vagas, apenas menos visível (CROCHIK et al., 2016).

De todo modo, a tática se espalhou por outros estados (Goiás, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná) e outros setores, como é o caso da ocupação das Fábricas de Cultura na região metropolitana de São Paulo. Em todas essas experiências, sublinha-se que se trata de adolescentes e jovens, que ocupam a escola e os equipamentos de cultura real e simbolicamente, e que nesse processo explicitam o lugar da educação em suas vidas – um lugar que não se resume à ampliação de suas chances num mercado de trabalho cada vez mais complicado, mas que dá notícia de seu desejo de conferir novos sentidos à vida escolar, ao acesso ao conhecimento, à dimensão propriamente pública na instituição escolar. Ainda, várias das experiências registradas mostram seu interesse por temas que, justamente, mobilizações e projetos de leis atualmente em tramitação querem banir da escola (movimentos sociais, gênero, orientação sexual, direitos humanos, por exemplo)<sup>8</sup>, o que permite levantar a hipótese de que sua entrada nos currículos efetivamente abre as possibilidades de alargamento da democracia e da experiência escolar.

## Considerações finais

Embora breve e escrito sem muita distância histórica em relação aos acontecimentos que busca analisar, nosso objetivo neste artigo foi pensar as relações entre contexto e os nexos sociais entre juventude e política no presente. Retomando alguns conceitos Mannheim, procuramos apontar os elos possíveis entre posição e conexão geracional, tais como se desenharam a partir da participação juvenil nas instituições e nas mobilizações políticas nos últimos anos.

Se a consolidação da democracia brasileira nos últimos anos tiveram como efeito o fortalecimento do jogo eleitoral e a pluralização dos mecanismos de participação, as referências e experiências analisadas neste artigo reforçam a sugestão de que parcelas de jovens brasileiros tendem 1) a desconfiar dos canais institucionais à disposição, 2) a recusar a participação em partidos como modo privilegiado de transformação e 3) têm preferido formas de atuação e engajamento mais diretas, menos hierarquizadas, mais permeáveis aos anseios individuais e à contingência histórica.

Embora tenhamos enfatizado as manifestações juvenis que utilizam a gramática dos direitos sociais (à cidade, à circulação, à educação) e, nesse sentido, privilegiamos certa *unidade geracional* em constituição, buscamos também destacar que a experiência do mundo político brasileiro por parte dos jovens, mais visível a partir de junho de 2013, tem configurado uma pluralidade de grupos que apontam para distintas *unidades geracionais*, o que talvez contribua para a compreensão da emergência tanto de uma geração “ocupa” quanto de lideranças jovens inscritas à direita<sup>9</sup>. Vale, assim, ter em vista a ponderação de Mannheim em relação ao fato de que as juventudes não são, por si mesmas, nem revolucionárias, nem conservadoras: apenas as posições e conexões geracionais é que contém a possibilidade de configurar unidades geracionais, distintas e/ou concorrentes.

---

<sup>8</sup>Referimo-nos às mobilizações por ocasião da votação dos Planos Municipais de Educação, em 2015, para pressionar as Câmaras a retirar a palavra “gênero” e às iniciativas de projetos de lei em diferentes níveis administrativos e que podem ser agrupados sob a ideia o lema “Escola Sem Partido”. Cf. Ação Educativa (2016).

<sup>9</sup>Ver, como exemplo, reportagem de Germano (2015), no jornal *Zero Hora*.

Para encerrar nossas reflexões, recordamos outro autor clássico: em sua conferência “Política como vocação”, Max Weber aponta para o fato de que as sociedades ocidentais, na medida em que se tornam mais complexas, confrontam-se com dilemas no que se refere à organização política, que passa a se estruturar em torno do Estado e da empresa pública. O fundamental a reter aqui é sua análise de que os partidos, em especial quando orientados por chefes plebiscitários, produzem uma “[...] ‘perda de espiritualidade’ ou, mais claramente, [...] *uma proletarização espiritual de seus partidários*” (WEBER, 1970, p.103, grifos nossos).

Parece-nos que, ao resistir ou recusar a participação nas instituições de democracia formal, preferindo ações diretas e coletivas, inventando mecanismos de prevenção da emergência de lideranças (como os jograis, as assembleias, a rotatividade da função do porta-voz, por exemplo), os jovens dos movimentos tomados em conta procuram recuperar uma dimensão de espiritualidade política que – a despeito de ter sido fundante de nossa Nova República – parece solapada em meio à preponderância da racionalidade do jogo competitivo eleitoral. Essa hipótese permitiria compreender o entusiasmo com que os jovens comentam suas experiências, em termos de uma aprendizagem radical do mundo público, de um incremento de consciência, de uma transformação para “nunca mais ser igual” (fala recorrente de participantes dos diferentes movimentos aqui analisados)<sup>10</sup>.

A despeito dos limites de sua ação local e da busca por formas menos estruturadas, os diferentes grupos procuram fazer valer o que Weber definiu como “o direito de introduzir os dedos entre as rodas da História” (1970, p.105). Nessa nova encruzilhada democrática na qual nos encontramos, menos do que com os desdobramentos dessas movimentações no médio e longo prazo, parece-nos fundamental compreender os efeitos de subjetivação política para essas que parecem estar se configurando como unidades geracionais. Pois desses grupos podem emergir os valores e práticas a orientar novos rumos para a sociedade brasileira. No momento atual, em que o fantasma da “democracia de recesso” (SANTOS, 1979) nos assombra. Compreender essas possibilidades consiste em tarefa urgente.

## Referências

ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.5-6, p. 25-36, 1997.

ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; BRANCO, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.

ALENCAR, J. et al. Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. In: *Sociologias*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 112-146, Apr. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222013000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 17 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222013000100006>.

AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

<sup>10</sup>Ver, a este respeito, Carvalho (2016).

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, H. (org.) *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013. [ebook].

BRENNER, A. K. Jovens e militância política. In: CARRANO, P. e FÁVERO, O. (orgs.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: UFF, 2014. p. 31-54.

CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016 (Col. Baderna).

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, M. P. de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.22, p.247-290, 2004. CORTI, CORROCHANO, ALVES. Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas. *Educação e Sociedade*, São Paulo, vol. 37, n. 137, p. 1159-1176, 2016.

CROCHIK, L. et al. *Análise da resposta da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo pelo Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. Processo 1049683-05.2015.8.26.0053. São Paulo, 2016. Disponível em <<<https://redpesquisa.milharal.org/files/2016/09/nota.tecnica.-reorganizacao.2016.pdf>>>, Acesso em 20 mar. 2017.

DANILIAUSKAS, M. *Não se nasce militante, torna-se. Processo de engajamento de jovens LGBT: histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris*. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação, USP, 2016.

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 97, novembro, p. 43-55, 2013.

DUBET, F. Des jeunes et dessociologies: lescasfrançais. *Sociologie et Sociétés*, Montréal, v.28, n.1, p.23-35, 1996.

FELTRAN, G. Vinte anos depois: a construção democrática vista da periferia. *Lua Nova*, São Paulo, n.72, p.83-114, 2007.

FORACCHI, M; M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Ed. Companhia Nacional, 1965.

GERMANO, P. O avanço da nova direita: quem são e como pensam jovens líderes que influenciam multidões pelo país. *Zero Hora* [online], 18/07/2015. Disponível em <<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/07/o-avanco-da-nova-direita-quem-sao-e-como-pensam-jovens-lideres-que-influenciam-multidoes-pelo-pais-4804460.html>>>. Acesso em 14 jun. 2016.

GURZA LAVALLE, A.; BARONE, L. S. Conselhos, associações e desigualdade. In: ARRETCHE, M. (org.) *Trajatória das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp/CEM. 2015, p. 51-76.

INTERAGENTES. *Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013*. Disponível em: <http://interagentes.net/?p=62>. Acesso em: 01/07/2016.

KRISCHKE, P. J. Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática. In: ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; BRANCO, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.p. 323-350.

LEVI, G.; SCHMITT, J-C. Introdução. In: SCHMITT, J-C. (orgs.). *História dos jovens*, v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-19.

LIMONGI, F.; CHEIBUB, J. A.; FIGUEIREDO, A. C. Participação política no Brasil. In: ARRETCHE, M. (org.). *Trajetória das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Editora Unesp/CEM. 2015, p.23-50.

MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* (REIS), Madrid, n. 62, p. 192-242, 1993.

MANNHEIM, K. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. *Educação e Sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. 1978, p. 91-97.

MORAES, A. et al. *Junho: a potência das ruas e das redes*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2014. Disponível em <<<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11177-20150226.pdf>>>. Acesso em 25 mar. 2017.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, H. (org.) *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOBRE, M. Choque de democracia: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

OLIVEIRA, I. T. M.; DAYRELL, J. T. Uma praia nas Alterosas: formas de ser da contestação social juvenil em Belo Horizonte. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 36, 2013, Goiânia. Disponível em: <<[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt03\\_trabalhos\\_pdfs/gt03\\_3018\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt03_trabalhos_pdfs/gt03_3018_texto.pdf)>>. Acesso em 02 jun. 2016.

PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2013.

PEREIRA, A. B. Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. *Pensata*, Guarulhos, v.3, n.2, maio, p.8-16, 2014.

SANTOS, W. G. dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n.97, novembro, p.23-40, 2013.

SOUTO, A. L. S. Juventude e participação. In: NOVAES, R. et alii. *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016, p.191- 213.

SPOSITO, M. P. Ação coletiva, jovens e engajamento militante. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O. (org.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: UFF, 2014. p. 97-130.

TOMIZAKI, K. Transmitir e herdar: os estudos dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31/111, p. 327-346, 2010.

VENTURI, G.; BOKANY, V. Maiorias adaptadas, minorias progressistas. ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; BRANCO, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2005.p. 351-368.

WEBER, M. Política como vocação. In: WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1970.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 204-224, 2010.

---

\* Graduada em Ciências Sociais, Doutora em Educação pela USP, Professora do Departamento de Ciências Humanas e Educação – Centro de Ciências Humanas e Educação da UFSCar (DCHE). E-mail: [carla.corrochano@gmail.com](mailto:carla.corrochano@gmail.com).

\*\*Doutora em Ciência Política (FFLCH-USP), Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: [mdowbor@gmail.com](mailto:mdowbor@gmail.com).

\*\*\*Graduada em Ciências Sociais pela USP; doutora em Sociologia pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP. Professora do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação – Faculdade de Educação – USP. E-mail: [fajardim@usp.br](mailto:fajardim@usp.br)

Recebido em 10/12/2017

Aprovado em 10/01/2018